



Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um clipping de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

Brasília, 14 de junho de 2010

Jornal do Commercio RJ/RJ

Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | Conselho Nacional de Saúde

Marcia Peltier

Depois do Projeto Ficha Limpa, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral segue reforçando sua ação. Irá lançar, em julho, uma campanha junto ao Conselho Nacional de Saúde com o slogan o voto não tem preço, saúde é seu direito. Desta vez, de acordo com a diretora Jovita José Rosa, a intenção é fazer com que a mensagem seja multiplicada pelos profissionais que atuam na área. O CNS é o órgão responsável, entre outras atribuições, pela fiscalização da movimentação de recursos no Sistema Único de Saúde.

Brasília, 14 de junho de 2010

O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Ministério da Saúde | Programas | Saúde da Família

Privatizar também a Saúde?

OPINIÃO

JOSÉ DIRCEU

Está cada dia mais patente, em todas as áreas, a inconsistência do que quer a oposição para o Brasil. Do presidente do PSDB, que disse que acabaria com o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), aos economistas tucanos que estão preocupados com o ritmo do crescimento e da geração de empregos, está faltando criatividade à oposição.

Sem projetos sólidos, recorrem sempre à mesma artimanha: atacam as propostas de continuidade do governo Lula e fingem que sabem fazer, mas acabam por não apresentar algo congruente.

O mais recente artífice dessa prática é o ex-auxiliar de José Serra no Ministério da Saúde e atual secretário da Saúde da Prefeitura de São Paulo, Januário Montone. O tema é o favorito do marketing de Serra, ex-ministro de Fernando Henrique Cardoso. Mas, apesar de difundir que a Saúde é questão central de seu programa, Serra ainda não explicou o que quer fazer. Por trás do discurso do que fez na gestão FHC, Serra esconde seus reais objetivos. No dia 4 deste mês, neste mesmo O GLOBO, Montone deu as pistas do que quer a oposição: a terceirização do SUS (Sistema Único de Saúde). De fato, é o que Serra fez em São Paulo. Terceirizou hospitais e outros equipamentos públicos por meio das OSS (organizações sociais da saúde).

O SUS é uma das principais conquistas da Constituição de 1988. Ao defender a terceirização como saída economicamente mais rentável, os tucanos repetem o discurso neoliberal que justificou as privatizações. Uma ideia temerária, porque trata a Saúde não como política pública, mas de forma contábil. Ademais, a oposição atuou para derrubar a CPMF, que permitia injetar R\$ 15 bilhões por ano no setor. Se a discussão é sobre recursos aplicados, Serra precisa explicar porque, como governador paulista, desrespeitou a emenda constitucional 29, que fixa gastos mínimos na Saúde. Só em 2007, primeiro ano de gestão, R\$ 1,1 bilhão obrigatórios à Saúde foi destinado a outros fins. Será que é porque a alocação menor de verba ajuda a sustentar o discurso contábil e a justificar a terceirização? No que tange ao debate de fato preocupado com o aperfeiçoamento da regulação e do controle por parte do Estado dos planos de saúde, O GLOBO publicou, em janeiro, excelente diagnóstico da doutora em Saúde Pública Lígia Bahia, sobre as fragilidades do modelo pretendido por Serra e Montone.

A principal é a resistência em ressarcir o SUS quando os usuários dos planos usam o sistema público. Os pagamentos só são feitos quando ocorrem internações eletivas aprovadas pelos planos. Nos demais casos, como cirurgias e emergências, o Estado é quem arca com os custos. Ou seja, quem paga por plano da saúde dá lucros às operadoras enquanto o prejuízo é da população que depende do SUS. O governo federal tem adotado, via ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), medidas para garantir os ressarcimentos, mas as operadoras transformam a questão em batalhas judiciais. Uma das alternativas para fortalecer a regulação seria transformar o Geap (Fundação de Seguridade Social) em um plano público para concorrer com os privados. Criada em 1945 para atender ao funcionalismo e que atualmente assiste cerca de 700 mil pessoas, a seguradora funcionaria como um modelo de gestão e atendimento ao público, forçando a iniciativa privada a melhorar os serviços. É preciso um esforço para melhorar a saúde suplementar e evitar que os recursos públicos sirvam para subsidiar a iniciativa privada. O Ministério da Saúde possui uma política correta de ampliação da rede de atenção básica. O programa Saúde da Família é tratado com prioridade e as UPAs (Unidades do Pronto-Atendimento) proliferaram com rapidez pelo Brasil.

Também estão corretas as iniciativas para melhorar a gestão hospitalar e toda a rede de média e alta complexidade. O caminho deve ser o de melhorar as condições de atendimento pelo Estado, não o da privatização de serviços essenciais.

JOSÉ DIRCEU foi chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Brasília, 12 de junho de 2010
O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Marina critica aprovação da emenda

ECONOMIA

Eduardo Campos diz que distribuição diferenciada ameaça pacto federativo

Odilon Rios e Letícia Lins*

MACEIÓ e RECIFE. A aprovação pelo Senado, na madrugada de quinta-feira, da Emenda Simon, que distribui igualmente os recursos do pré-sal entre estado se municípios produtores e não produtores, recebeu críticas da candidata à Presidência pelo PV, a senadora Marina Silva (AC). Para ela, o Congresso deveria levar adiante a proposta de reforma tributária, para melhorar a capacidade de arrecadação dos municípios, além da aprovação da emenda 29, que disciplina o que pode ser classificado como gasto da saúde. E, após a eleição, discutir a questão da distribuição dos royalties.

-O debate foi completamente contaminado pelo processo eleitoral - disse ela. - O mesmo que aconteceu com o Código Florestal, ocorreu em relação ao pré-sal. Poderia ter dado encaminhamento a todas as demais questões para que não tivéssemos atraso no processo, mas a questão da distribuição dos royalties deveria ter ficado para depois das eleições.

Já o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), voltou ontem a defender a distribuição igualitária dos royalties entre todos os entes da Federação, apesar dos protestos das bancadas de Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, estados produtores. Para o socialista, constitucionalmente a riqueza é nacional, e por esse motivo tem que ser compartilhada. - Não podemos entrar no jogo daqueles que querem dividir o país. A pior das soluções é deixar tudo como está, beneficiando apenas três estados enquanto os outros 24 ficam de fora da divisão de uma riqueza que constitucionalmente é nacional. A União terá que achar um caminho para conservar o pacto federativo

Expediente

Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 14 de junho de 2010.

Secretaria Executiva do CNS

Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde